



**XXI SNPTEE
SEMINÁRIO NACIONAL
DE PRODUÇÃO E
TRANSMISSÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA**

23 a 26 de Outubro de 2011
Florianópolis - SC

GRUPO – 11

**GRUPO DE ESTUDO ESTUDOS DE IMPACTOS AMBIENTAIS - GIA
O PROCESSO DE INSERÇÃO REGIONAL DA UHE RIACHO SECO**

M.^a Leidjane S. Martins (*)
CHESF

João Damásio Braga
CHESF

Neyde Conde
CHESF

Edneide Santana
CHESF

Marly Serejo Martins
CHESF

RESUMO

A decisão do Governo Federal em promover a construção da UHE Riacho Seco faz parte de uma estratégia de desenvolvimento nacional e regional, através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que só se viabilizará se os diversos agentes envolvidos tiverem a compreensão e vontade política de transformarem essa estratégia em um plano de ações negociado e bem articulado. A concretização desta estratégia exige a implantação de processo de Inserção Regional que estruture o processo decisório necessário para a elaboração e implantação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável Integrado para a região do empreendimento, elaborado de forma participativa e democrática.

PALAVRAS-CHAVE

Inserção Regional, Gestão Ambiental, Plano de Desenvolvimento Sustentável Integrado.

1.0 - INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento imposto pela sociedade moderna se apóia no crescimento econômico como vetor de transformação da realidade, requerendo a instalação e consolidação de uma infraestrutura capaz de suprir as necessidades que as dinâmicas sociais e econômicas exigem para a sua reprodução e nesse contexto, o crescimento da demanda por geração de energia é inevitável, sendo a energia elétrica um dos insumos básicos e fundamentais para promover este desenvolvimento. Para atender a esta demanda, o país dispõe de várias fontes energéticas de geração, sendo a hidroeletricidade uma das mais baratas e abundantes, resultando na utilização dos recursos hídricos para a construção de usinas hidrelétricas.

Planejar e executar políticas públicas que integrem aspectos energéticos e socioambientais de forma sustentável constitui um desafio. A sinergia entre atores institucionais públicos e privados, a soma de esforços de integração de políticas públicas setoriais e a articulação com as organizações sociais, representam um caminho para a conversão de inúmeros conflitos em esforços conjuntos, objetivando reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida da população atingida.

Na região do Sub-médio São Francisco, a relação entre energia elétrica e meio ambiente é bastante intensa e conflituosa por causa do uso múltiplo do único grande recurso hídrico da região e dos impactos socioambientais envolvidos em toda a extensão da cadeia produtiva. A implantação de uma hidrelétrica como a UHE Riacho Seco representa para as populações locais que vivem em sua Área de Influência, uma ruptura no seu cotidiano. As transformações do espaço natural causadas pelo empreendimento alteram todos os processos associados à produção e circulação de bens, às relações econômicas e às relações sociais em todo o seu contexto – histórico, cultural e territorial, resultando em impactos sociais, econômicos e culturais que são sentidos de forma diferenciada pela população local. Esses impactos não se atêm apenas às áreas diretamente atingidas pela construção da barragem e pela formação do reservatório, atingindo também, indiretamente as populações residentes nas áreas de seu entorno e no trecho do rio a jusante, alterando de forma significativa as suas dinâmicas de vida.

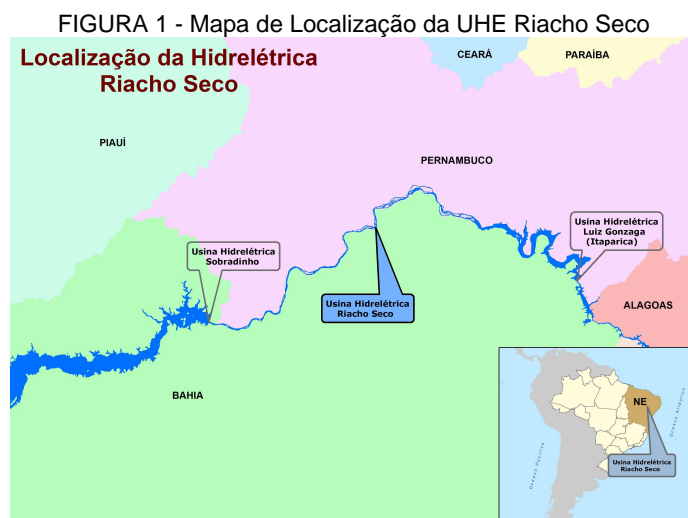
(*) Rua Delmiro Gouveia, n° 333 – Sala C 205 – CEP 50.761-901. Recife, PE – Brasil
Tel: (+55 81) 3229-3857 – Fax: (+55 81) 3229-3555 – Email: marialm@chesf.gov.br

A decisão do Governo Federal em promover a construção do AHE Riacho Seco faz parte de uma estratégia de desenvolvimento nacional e regional, com sua inserção no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que só se viabilizará se os diversos agentes envolvidos tiverem a compreensão e vontade política de transformarem essa estratégia em um plano de ações negociado e bem articulado. Neste contexto, a UHE Riacho Seco deverá ser implantada dentro de uma estratégia em que a mitigação dos impactos negativos, a maximização dos impactos e externalidades positivas, associados com a dinamização das potencialidades locais sejam integradas a um plano de desenvolvimento sustentável para a região.

Trata-se de um empreendimento gerador de empregos e seu Plano Básico Ambiental - PBA, inclui programas socioambientais de ordenamento espacial, melhoria nos serviços públicos, preservação do Patrimônio Cultural, de uso e ocupação do solo, preservação ambiental, e principalmente, de apoio à economia local. Sua execução exigirá um processo decisório estruturado com base na articulação interinstitucional, capaz de gerar sinergia e participação pró-ativa da sociedade local, tanto no planejamento participativo, quanto na implementação das ações socioambientais previstas. No entanto, a concretização desta estratégia exige a implantação de um amplo processo de Inserção Regional do Empreendimento que desenvolva ações capazes de criar uma estrutura institucional que organize a população atingida e principalmente, estruture o processo decisório, que são os elementos necessários para a concretização de um Plano de Desenvolvimento Sustentável Integrado para a região da UHE Riacho Seco.

2.0 - A UHE RIACHO SECO

A UHE Riacho Seco irá gerar 276 MW. É uma obra relacionada no Plano de Aceleração do Crescimento - PAC e tem como objetivo aumentar a oferta de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional – SIN, constituindo uma opção altamente atrativa em virtude de sua economicidade intrínseca, sua localização estratégica frente ao mercado consumidor e a proximidade de linhas de transmissão de grande porte. O reservatório da Usina Hidrelétrica de Riacho Seco ocupará uma área total de 13.253 hectares na cota de 351 metros, incluindo a área de inundação com 7.680 ha (58%) e a calha do rio, correspondente a 5.573 ha (42%).



A Área de Influência Direta - AID da UHE Riacho Seco ocupará uma área de 63.950 ha, correspondendo a apenas 3,5% da área total dos 4 municípios atingidos, sendo 2 pernambucanos – Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande, e 2 baianos – Curaçá e Juazeiro, conforme mapa apresentado no ANEXO 1. A formação do reservatório da UHE Riacho Seco resultará na realocação de 1.052 famílias, correspondendo a 4.795 pessoas (54,5% da população total da AID), o que constitui um expressivo contingente populacional conforme apresentado a seguir:

Tabela 1 - População a ser relocada pela construção da UHE Riacho Seco, por município.

Município/Estado	Nº de famílias			Nº de pessoas		
	Urbana	Rural	Ilhas	Urbana	Rural	Ilhas
Santa Maria Boa Vista (PE)	171	431	128	777	1.911	570
Lagoa Grande (PE)	-	1	-	-	2	-
Curaçá (BA)	14	287	-	62	1.393	-
Juazeiro (BA)	-	20	-	-	80	-
SUBTOTAL	185	739	128	839	3.386	570
Total		1.052			4.795	

3.0 - O PROCESSO DE INSERÇÃO REGIONAL DA UHE RIACHO SECO

De um modo geral, a implantação de políticas públicas envolvendo grandes empreendimentos e programas de governo, caracteriza-se pela ocorrência de significativas transformações socioambientais que acarretam conflitos entre as comunidades atingidas, tanto a nível local, quanto regional, setorial e até mesmo, a nível nacional. Uma das questões geradoras destes conflitos é a partilha dos custos e benefícios resultantes destes empreendimentos que se processa de forma bastante desigual. Uma distribuição mais equilibrada e justa de custos e benefícios implica na participação das populações locais e regionais nas vantagens econômicas dos empreendimentos, seja através da compensação dos impactos e externalidades negativas, seja pela maximização das potencialidades e dos impactos positivos. A partir da identificação destas externalidades, oportunidades e das potencialidades regionais, deve-se procurar compatibilizar os programas, projetos e políticas públicas de forma a ampliar os efeitos multiplicadores que o empreendimento possibilita. É neste contexto que a contribuição das instituições e da população atingida assume um papel significativo, possibilitando a viabilização de soluções mais adequadas às condições locais, muitas vezes não previstas nos estudos ambientais.

No entanto, é preciso implantar um processo de Inserção Regional do Empreendimento, objetivando integrar as instituições responsáveis pela implantação de políticas públicas nas esferas federais, estaduais e municipais para que se possa, em parceria com o empreendedor, maximizar as potencialidades e as oportunidades que serão criadas com a construção e operação desta hidrelétrica. Este processo deverá ser capaz de mobilizar e organizar as comunidades locais para atuarem no processo decisório de forma participativa e democrática, promovendo o efetivo envolvimento das comunidades atingidas e da sociedade organizada. O produto final do processo de Inserção Regional será a estruturação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável Integrado da região da UHE Riacho Seco que, ao ser elaborado de forma participativa e democrática, terá legitimidade e incluirá as diversas visões e interesses dos agentes sociais e institucionais envolvidos. A elaboração deste plano envolverá a execução dos seguintes programas:

3.1 Programa de Articulação Institucional

Este programa tem como objetivos:

- Identificar, mobilizar e estruturar um sistema decisório com a atuação integrada das instituições federais, estaduais e municipais que executam políticas públicas de interesse para a região;
- Promover o planejamento estratégico e a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável Regional e Local;
- Articular o acompanhamento técnico do EIA junto ao IBAMA e com os demais órgãos federais envolvidos no licenciamento ambiental, cujo andamento irá influenciar no prazo para realização do leilão do empreendimento pela ANEEL.

Na fase de planejamento da UHE Riacho Seco as ações deste programa serão desenvolvidas considerando duas linhas de atuação:

a) Atuação política: Nesta linha de atuação, as ações deste programa terão como metas, até a realização do leilão da UHE Riacho Seco:

- Estruturar e articular a formação de comissões deliberativas e executivas, envolvendo os diversos órgãos federais, estaduais e municipais gestores das políticas públicas de interesses para a região;
- Mobilizar as Câmaras Municipais e lideranças políticas dos estados e municípios;
- Mobilizar as comissões para discussão e definição das ações do processo de inserção regional;
- Sistematizar as ações apresentadas pelas comissões e estruturar um Plano de Desenvolvimento Sustentável Integrado para a região da UHE Riacho Seco.

b) Atuação estratégica: Dentro desta linha de atuação, as ações desenvolvidas neste programa terão como metas, até a realização do leilão da UHE Riacho Seco:

- Articular junto ao IBAMA, como órgão licenciador ambiental do empreendimento, e desenvolver as ações necessárias para o acompanhamento da análise técnica do EIA, objetivando a liberação da Licença Prévia;
- Articular e apresentar esclarecimentos técnicos sobre o EIA com os demais órgãos federais envolvidos no processo de licenciamento ambiental, tais como a FUNAI, a Fundação Cultural Palmares e com o IPHAN;
- Formar a equipe técnica e gerencial, e estruturar a logística para apoiar a execução das ações dos programas que compõem o processo de inserção regional;

3.2 Programa de Mobilização Social

Este programa tem como objetivo mobilizar e estruturar o processo participativo que promoverá a participação das instituições locais e da população atingida no processo decisório para elaboração das propostas de ações

socioambientais que serão inseridas no Plano de Desenvolvimento Sustentável Integrado da região da UHE Riacho Seco. Até a realização do leilão do empreendimento, as ações deste programa terão como metas:

- Mobilizar as instituições locais e as comunidades atingidas para o processo participativo;
- Desenvolver o processo participativo para formar as comissões representativas dos diversos segmentos que irão elaborar as propostas de ações socioambientais para o Plano de Desenvolvimento Sustentável Integrado da região;
- Estruturar o processo decisório na AID, implantando um arranjo institucional que permita desenvolver a discussão e acompanhamento do processo de negociação que será realizado na fase de implantação do empreendimento;
- Discutir e sistematizar as propostas apresentadas pelas comissões com os diversos agentes que atuam no processo participativo;
- Definir as ações socioambientais prioritárias que irão gerar programas e projetos estruturadores no Plano de Desenvolvimento Sustentável Integrado e melhorar a qualidade de vida da população atingida;

3.2.2 O Processo Participativo

O Processo Participativo a ser desenvolvido com as comunidades atingidas pela UHE Riacho Seco, contará com a realização sucessiva de 3 tipos de evento:

- Reunião Informativa - RI: é uma reunião aberta para todas as comunidades e nela são apresentadas as informações sobre o empreendimento, o EIA e o processo de licenciamento ambiental que vem sendo realizado pelo IBAMA. Nestas reuniões são formadas as Comissões Comunitárias que irão compor o processo decisório;
- Oficina Participativa - OP: é neste evento que as Comissões Comunitárias elaboram as propostas socioambientais e projetos comunitários que irão subsidiar a elaboração de políticas públicas locais e de programas estruturantes do Plano de Desenvolvimento Local.
- Oficina de Sistematização - OS: este evento envolve todas as Comissões Comunitárias para discussão e fechamento de uma proposta para cada grupo social atingido, as quais serão apresentadas nas Audiências Públicas.

3.3 Programa de Comunicação Social

Este programa atuará de forma transversal em todas as atividades do processo participativo e de inserção regional, dando suporte de mídia necessário à divulgação das informações. Tem como objetivo informar a população sobre o empreendimento, apresentar e distribuir o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA com as instituições locais, apresentar o andamento e os resultados obtidos, dando transparência às ações realizadas e preparando a população para participar das Audiências Públicas que serão convocadas pelo IBAMA no licenciamento ambiental. Até a realização do leilão do empreendimento, as ações deste programa terão como metas:

- Desenvolver as ações de comunicação necessárias para atendimento aos objetivos e metas do processo de inserção regional;
- Divulgar as informações pertinentes à fase atual do empreendimento, evitando a formação de boatos que contribuam para a geração de conflitos;
- Utilizar instrumentos de comunicação que atinjam o público alvo nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento;
- Formar uma base de informações que permita à população entender o processo de inserção regional e a implantação do empreendimento, subsidiando as negociações e decisões pelas comunidades atingidas;
- Apresentar e divulgar o Plano de Desenvolvimento Sustentável Integrado da Região da UHE Riacho Seco.

4. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INTEGRADO DA REGIÃO DA UHE RIACHO SECO

Os estudos ambientais realizados na Área de Influência da UHE Riacho Seco demonstram que a região de seu entorno apresenta características que constituem um cenário socioeconômico bastante heterogêneo, refletindo as desigualdades sociais da região e os altos índices de violência que vem ocorrendo na zona rural. Ou seja, independentemente da implantação da UHE Riacho Seco já existe uma situação socioambiental indesejável e a premissa é que o empreendimento possa ser um vetor capaz de ajudar na solução dessa situação.

Através de um processo participativo, democrático e transparente, é possível articular os diversos agentes sociais e institucionais que, juntamente com o empreendedor, desenvolverão um planejamento estratégico integrado e dirigido, resultando em um Plano de Desenvolvimento Sustentável para a região da UHE Riacho Seco. Neste

documento, estão apresentadas as linhas gerais que irão subsidiar a tomada de decisão e orientar as discussões que irão embasar a elaboração deste plano.

4.1 Objetivos Gerais

- Promover a convergência das políticas públicas setoriais para a região da UHE Riacho Seco, considerando as desigualdades sociais e diversidade socioeconômica e cultural existentes;
- Promover o aproveitamento, tanto das oportunidades e externalidades positivas criadas pelo empreendimento, quanto das potencialidades da região, visando à inserção social e econômica da população local;
- Buscar a inserção das políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades regionais e o ordenamento territorial;
- Articular uma ação integrada do empreendedor com a sociedade e com as organizações governamentais nos três níveis do governo, para complementaridade e otimização dos recursos que poderão ser aplicados na região;
- Direcionar os recursos dos diversos agentes envolvidos para investimentos nos segmentos sociais e econômicos da cadeia produtiva, considerados prioritários para o desenvolvimento sustentável da região;
- Incorporar as propostas de ações socioambientais e projetos comunitários elaborados pelas comunidades atingidas.

4.4 Os Agentes Sociais e Institucionais

A estruturação de um plano de desenvolvimento regional exige o envolvimento das instituições governamentais, das representações da sociedade organizada e, principalmente, da participação do empreendedor e da população atingida, considerando que este plano será implantado na área de influência de uma hidrelétrica. A participação destes agentes exige a articulação e estruturação de um arranjo institucional cuja configuração respeite a hierarquia e as competências legalmente estabelecidas nos três níveis de governo. No entanto, a definição destes agentes deve ser feita com base em critérios, princípios e diretrizes voltadas para os interesses locais e regionais, evitando conflitos de competência e de legitimidade.

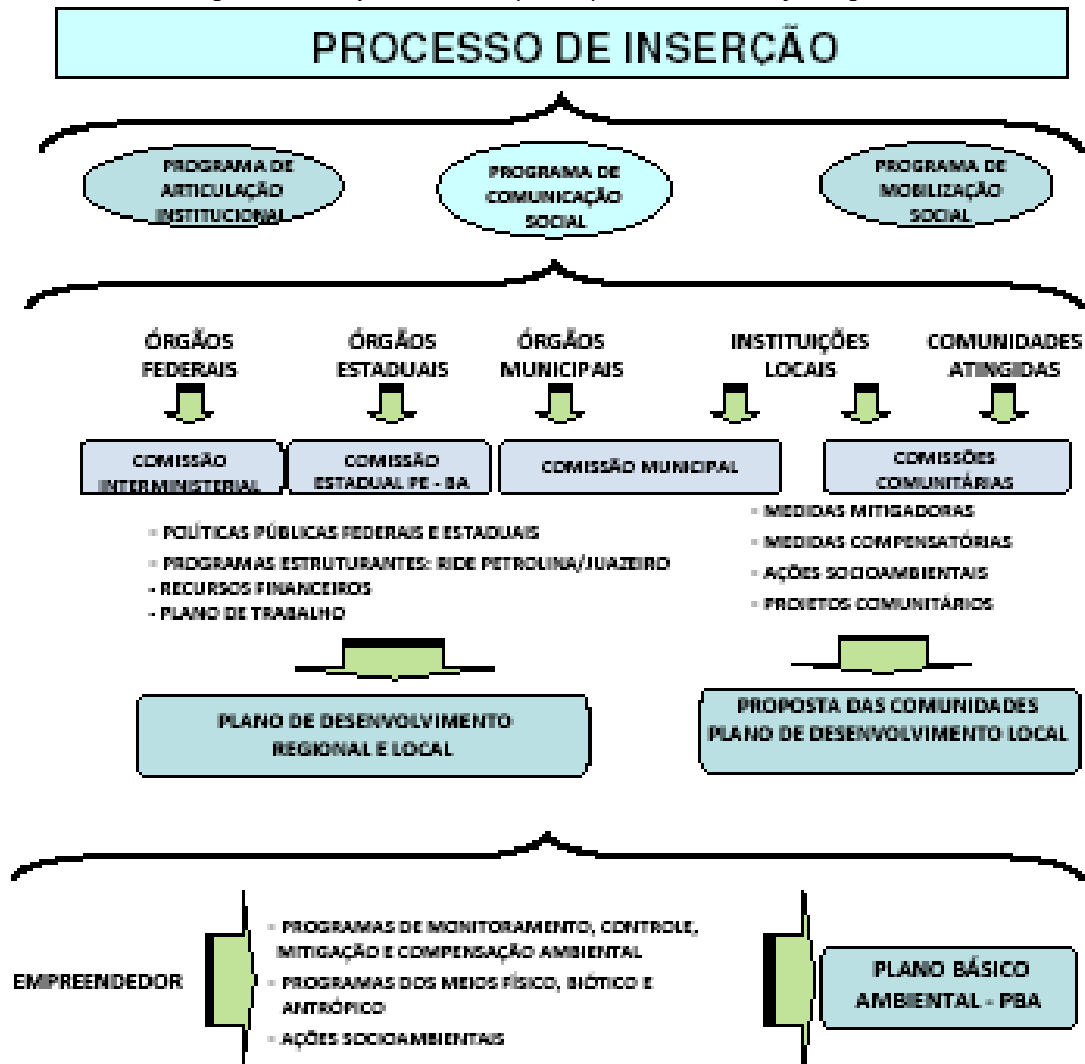
Diante destas premissas, o processo decisório envolveria a formação de comissões representativas que, de acordo com as competências de seus integrantes, passariam a atuar de forma deliberativa e executiva para discutir e definir as ações que serão executadas, o direcionamento dos custos, a aplicação e desembolso dos recursos necessários, conforme um Plano de Trabalho definido neste mesmo contexto de planejamento participativo e integrado. Considerando este arranjo institucional (ver Figura 3), o processo decisório passaria a contar com os seguintes agentes sociais e institucionais:

- No nível do Governo Federal: o processo decisório exige a formação de uma Comissão Interministerial constituída por representantes dos Ministérios responsáveis pela execução de políticas públicas e programas do Governo Federal de interesse para a região e terá a competência de discutir e definir a aplicação dos recursos ligados às linhas de financiamento existentes, para atender às demandas do Plano de Desenvolvimento Sustentável Integrado da região. Inicialmente, esta comissão seria coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, diante da necessidade desta comissão ter o comando de um agente governamental capaz de mobilizar e orientar decisões dentro da máquina administrativa do Governo Federal, além do fato de que a UHE Riacho Seco está ligada ao PAC, onde a sintonia das decisões governamentais é demandada por este órgão. Após a definição e articulação dos ministérios integrantes desta comissão, seria definido o agente governamental que passaria a exercer sua coordenação. Objetivando dar maior legitimidade às decisões, esta comissão também contaria com a participação do empreendedor e de representantes das Comissões Estaduais.
- No nível do Governo Estadual: os agentes institucionais seriam as Secretarias de Estado designadas formalmente, envolvendo os órgãos responsáveis pela execução das políticas públicas e programas estruturadores do Governo Estadual, considerados de interesse para atender às demandas da região. Estes órgãos formariam a Comissão Estadual com a competência de discutir e definir as ações, as parcerias e a aplicação dos recursos disponíveis por cada agente participante. Objetivando dar maior transparência ao processo, o Ministério Público Estadual deveria também, compor esta comissão, além de contar com representantes do empreendedor e das Comissões Municipais.
- No nível do Governo Municipal: o processo decisório contaria com a participação dos municípios integrantes da região que seriam representados pelas Secretarias Municipais e representantes do Poder Legislativo Municipal, designados formalmente para compor as Comissões Municipais com a competência de acompanhar as ações, as parcerias e a aplicação dos recursos disponibilizados pelas Comissões Estadual e Interministerial, além de definir a aplicação de recursos pelas Prefeituras. Objetivando dar transparência e legitimidade ao processo, além do empreendedor, estas comissões

também seriam integradas com representantes dos sindicatos e das associações existentes nos municípios.

- No nível das comunidades atingidas: a população atingida participaria do processo decisório através das Comissões Comunitárias constituídas por representantes de cada comunidade, por elas escolhidos. Estas Comissões passariam a ser o foco das discussões das ações socioambientais do empreendimento e das negociações que serão desenvolvidas dentro do Plano de Desenvolvimento Sustentável Integrado da região.

Figura 3 - Arranjo institucional para o processo de inserção regional



4.5 Composição do Plano de Desenvolvimento Sustentável Integrado

As ações que irão compor o Plano de Desenvolvimento Sustentável Integrado serão definidas pelos agentes sociais e institucionais que compõem as comissões, de acordo com suas respectivas competências. É importante salientar que neste processo será inevitável a ocorrência de interfaces e de limitações nas competências e nas áreas de atuação destes agentes, exigindo a prévia discussão para definição daquele que assumirá a execução desta ação.

De um modo geral, a versão final do plano resultará da sistematização e integração dos produtos gerados por cada uma das comissões representativas dos diversos níveis de governo, da sociedade organizada e das ações socioambientais que serão executadas pelo empreendedor, conforme apresentado na Figura 4.

Figura 4: Interface entre as áreas de atuação dos agentes sociais e institucionais



5.0 SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO DE INSERÇÃO REGIONAL

Após a conclusão do EIA, teve início o processo de inserção regional com o planejamento das ações para elaboração dos Programas de Articulação, Mobilização e Comunicação Social. Neste processo, foram agregadas as ações políticas e estratégicas que já estavam em andamento pela Chesf, com os Governos dos Estados de Pernambuco e da Bahia.

5.1 Ações Em Andamento

5.1.1 Programa de Articulação Institucional

- Criação dos Grupos Estaduais de Acompanhamento da UHE Riacho Seco pelos Governos de Pernambuco e da Bahia, formado por diversas Secretarias de Governo;
- Formação da Comissão Municipal pelo município de Curaçá/BA com representantes da Câmara Municipal, das associações e sindicatos rurais;
- Articulação com as Prefeituras de Santa Maria da Boa Vista/PE e de Curaçá/BA;
- Articulação com as Dioceses de Juazeiro e de Petrolina;
- Realização de reuniões técnicas de acompanhamento do EIA com o IBAMA, FUNAI, IPHAN e Fundação Cultural Palmares.

5.1.2 Programa de Mobilização Social/Processo Participativo

- Articulação com os Sindicatos Rurais de Santa Maria da Boa Vista/PE e de Curaçá/BA;
- Realização do processo participativo com a realização de Reuniões Informativas em 54 comunidades e Oficinas Participativas em 37 comunidades atingidas;
- Formação das Comissões Comunitárias por mais de 95% das comunidades rurais atingidas;
- Elaboração das propostas de ações socioambientais e projetos comunitários pelas Comissões Comunitárias;



Reunião Informativa com as comunidades da Fazenda Passagem, Oiteiro e Tijuco /Curaçá - BA, em 11/04/2010.



Reunião informativa com a comunidade da Ilha do Saco / Santa Maria da Boa Vista - PE, em 24/03/2010.

A inclusão de outros setores e órgãos públicos, através de um processo de articulação e cooperação interinstitucional, propicia a formação de parcerias na implantação de políticas públicas, preservando o caráter multidimensional do desenvolvimento regional, oferecendo ao empreendedor a oportunidade de viabilizar o empreendimento com a participação dos Governos Federal, Estadual e Municipais nos custos socioambientais, de forma a potencializar as externalidades positivas e os impactos ambientais positivos do empreendimento.